

**“Mulher séria” e “cabra-macho”...
por outras representações de gênero no Sertão baiano**

Vânia Nara Pereira Vasconcelos*

Resumo: Nessa comunicação pretendo refletir sobre as representações de masculinidades e feminilidades presentes no Sertão baiano. Historicamente as representações de gênero ligadas ao sertão foram perpassadas por estereótipos que associam o masculino à virilidade, força e violência, representado na figura do “cabra macho” e o feminino à submissão e seriedade; embora também haja uma associação da sertaneja com a “mulher macho”, vista como forte. Considerando essas representações pretendo trazer à tona outras possibilidades de leitura sobre o sertão a partir de histórias de vida de personagens femininos e masculinos cujas práticas vão de encontro ao modelo estabelecido.

Palavras-chave: Gênero – representações - sertão

Abstract: In this communication I intend to reflect on the representations of masculinity and femininity present in the semi-arid region of Bahia. Historically the representations of gender linked to this semi-arid region were formed by stereotypes that associated the masculine with virility, force, and violence, represented in the figure of the "macho man", and the feminine with seriousness; however, the women of this region are also associated with the "macho female", viewed as strong. Considering these representations, I intend to bring to light other possible visions of the semi-arid region based on the life histories of feminine and masculine individuals whose practices go against the established model.

Key words: Gender - representations - semi-arid region

Historicamente as representações de gênero ligadas ao sertão foram perpassadas por estereótipos que associam o masculino à virilidade, força e violência, representado na figura do “cabra macho” e o feminino à submissão e seriedade, embora também haja uma associação da sertaneja com a “mulher macho”, vista como forte.

De acordo com Durval Albuquerque a construção da masculinidade no Nordeste estaria relacionada à “invenção” de um sujeito regional: o nordestino (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2003: 149-168). Este sujeito enquanto afirmação do masculino teria surgido nas primeiras décadas do século XX, quando se construiu uma idéia sobre, ou nas palavras de Albuquerque se “inventou” o Nordeste (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2000).

Mas quem seria esse sujeito que entrelaça uma identidade regional com uma identidade de gênero?

A figura do nordestino estaria permeada de representações que de certa forma definiria uma masculinidade. O nordestino é antes de tudo um “macho”, não é qualquer homem, mas é um homem viril, forte, rude, que representaria o patriarcado ou a volta de valores patriarcais

* Professora Assistente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Mestre em História Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

visto que, para o Movimento Cultural Regionalista¹ era necessário recuperar o poder econômico do Nordeste, que vinha se “afeminando” com os valores burgueses e perdendo poder para as regiões Sul e Sudeste.

Mas essa relação entre Nordeste e masculinidade vai se configurar mais notadamente quando se associa Nordeste e Sertão. As implicações em torno das representações sobre o homem sertanejo de certa forma demonstram que embora houvesse outros personagens associados ao nordestino (como o brejeiro, o praeiro, o vaqueiro, o caboclo, o matuto, o cangaceiro ou jagunço, entre outros) prevaleceu a associação com o sertanejo, o que favoreceu a construções de estereótipos sobre este. O sertanejo é de certa forma o “nordestino ideal”, pois tem que se construir como um homem forte, rude, visto que as próprias condições físicas e materiais lhe impõem isso (FREYRE, 1995).

Nesse sentido a masculinidade se torna essencial para a construção de uma identidade regional nordestina / sertaneja, sendo que nessa constituição não há espaço para o feminino, nas palavras de Durval “até as mulheres seriam masculinas, macho, sim senhor!” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2003: 165)

Considerando que as construções acerca do masculino e do feminino são culturais, variando de acordo com o tempo e o espaço, podemos compreender múltiplas representações de gênero, seja no Nordeste ou em qualquer outro espaço sócio-cultural.

Quando nos referimos ao Nordeste / Sertão ao mesmo tempo em que podemos nos reportar às imagens cristalizadas que o associa à seca, fome, calor podemos desconstruir essas representações a partir das práticas dos sujeitos que de certa forma subvertem essas imagens.

Ao estudar as relações de gênero em Serrolândia², uma pequena cidade localizada no Sertão baiano, me deparei com práticas e representações de homens e mulheres que contrariavam as representações “tradicionais” de gênero, visibilizadas através de estereótipos sobre o feminino e o masculino. Dessa forma, duas personagens encontradas na minha pesquisa³ me chamaram atenção ao surpreender-me com práticas que iam de encontro a maioria das pessoas naquela comunidade.

A primeira personagem que pretendo apresentar nesse texto é D. Judite, que se encontra atualmente com 78 anos, tendo se casado sete vezes. No momento em que realizei a

¹ Refiro-me ao Movimento encabeçado por Gilberto Freyre e fundado nos anos vinte do século XX.

² De acordo com o último Censo do IBGE em 2000, Serrolândia possuía com uma população de 12.616 habitantes.

³ Refiro-me a pesquisa que resultou na minha dissertação de Mestrado intitulada “Evas e Marias em Serrolândia: práticas e representações acerca das mulheres em uma cidade do interior (1960-1990)” defendida na UFBA em dezembro de 2006.

pesquisa, ela havia se casado seis e tinha 76. Ao falar sobre sua história de vida justificou sua “prática casadoira”, mostrando-se preocupada com sua “reputação no bairro”:

O povo fala... Eu é porque eu... além da pessoa ter precisão do companheiro, a gente se sente sozinha, a gente se sente tão envergonhada de sair, sair e o povo do bairro ficar falando que tá saindo é por que ta caçando. Então eu prefiro me casar com aqueles viúvos, aquelas pessoas desocupadas [...] E eu gostava de casar... eu num queria amigar, né? Também nunca tomei nome de rapariga de ninguém. Todo mundo dizia: “era a mulher de fulano”, né bonito?⁴

É muito provável que D. Judite não se casasse apenas para ser “a mulher de fulano”; é possível que esse não fosse o principal motivo que a levou a ter diversas experiências matrimoniais, já que afirmou na entrevista que nunca gostou de ficar sozinha; no entanto, talvez para ela fosse importante justificar seu comportamento considerado desviante. Essa senhora se tornou uma figura lendária em Serrolândia, por ter se casado mais vezes que o considerado normal para uma mulher:

Fui feliz nos meus casamentos todos, por isso que eu teimei, casei, casei, casei... Eu casei seis vezes. O primeiro morreu [...] Não dava nem tempo de eu pensar. Eu me casei seis vezes, namorei com catorze anos e casei com dezesseis, vivi 28 anos, o outro casamento durou três... [...] Primeira viuvez, com oito mês eu casei com um rapaz de Jacobina. Uma surpresa pro povo de Serrolândia. Porque eu tava com oito mês de viúva. [...] Ah! Isso ai virou uma baderna. Dentro de 5 anos eu casei três vezes.⁵

As histórias sobre D. Judite parecem ter permanecido no imaginário de pessoas que viveram na cidade, a exemplo de Suzana, que disse ter convivido com ela desde criança. Em sua entrevista, contou:

Era assim, todo mundo falava, ela era uma mulher falada, [...] e o interessante é que ela era muito exposta, se ela se interessasse por um homem, ela chorava. Era assim decidida. [...] E ela, tadinha um dia contou a mainha que foi falar em casamento com o avô de Nilsinho, ela disse que foi toda de preto, a bolsa preta, de sobrinha preta, vestido preto, óculos preto, sapato preto. Chegou lá e: “Benedito, boa tarde, vim aqui lhe falar um negocinho”... [...] Aí ele: “pois não dona Judite, a senhora por aqui é uma novidade”. “Novidade mesmo. É porque eu vim aqui porque o senhor é viúvo e eu também sou viúva e eu quero marcar um casamento com você”. Aí ele disse: “mas eu não estou querendo casar. Eu não estou procurando casamento”, na hora não mandou nem ela sentar não. “Tá bom, até logo, já que o senhor não quer”. Oh! foi atrás de outro.⁶

Ao descrever o comportamento de D. Judite, Suzana a apresentou como uma mulher completamente autônoma, que subvertia o modelo tradicional em que as mulheres esperavam ser cortejadas e requeridas para o casamento. É muito provável que ela realmente fosse uma

⁴ Entrevista com Judite, em 13.04.2006.

⁵ Depoimento citado.

⁶ Entrevista com Suzana, em 28.02.2006.

“mulher falada”. Ela própria confirmou o incômodo que causava nas pessoas ao se comportar de forma não convencional:

[...] teve gente que me ciomou, ainda foram levar fuxico a mulher do homem. [...] E foram contar pra Vanice, que disse que Vanice não tava sabendo de nada. Eu andava mais Givaldo, que eu era rapariga de Givaldo. Ai levaram lá na casa de Vanice, pensando que Vanice... Aí Vanice chegou na minha casa me contou: “Oh, eu tô sabendo da sua amizade com Givaldo”. Eu disse: “Vanice, não pense isso, eu não sou mulher pra isso, eu não sou mulher pra isso!” Vanice disse: “Eu disse a essa burra da fofoca que você não era mulher pra isso e porque se você tinha precisão, você casava. Quando você tinha precisão de homem, casava”. Eu digo: muito bem, não me interessa homem de ninguém.⁷

Além de ter se casado várias vezes, D. Judite também era muito conhecida por ser “casamenteira” em Serrolândia. Em sua entrevista ela contou detalhadamente como iniciou sua experiência como “juíza” em “casamentos de contrato”⁸, que ela própria realizava, nos anos 1970:

Eu comecei porque eu conheci...[...] Tinha um cartório em Gavião e a Dona Ducilene e seu Elias era quem fazia o casamento lá. Então teve uma pessoa, [...] que eu fui testemunha dessa pessoa, eu levei no Gavião, [...] todo mundo sabia que eu acompanhava e fizemos linha, quando é um dia nós foi pro casamento... [...] Quando é um dia o guarda nos pegou na estrada [...]. Ai nós chegamos atrasados no cartório. Depois que terminou o casamento, a dona Ducilene falou: “Dona Judite a senhora é representante do povo lá de Serrolândia, que vem pra aqui sempre trazer, porque a senhora não põe um cartório lá?” Eu disse assim: “Eu não posso mulher, como é que eu ponho lá?” Ela disse pra mim: “Você não tem suas amizades lá com o cartório civil?” Eu digo: “Tenho”. [...] Ai ela disse: “Você vai lá no cartório e você conversa com alguém no cartório e você explica, que esse casamento aqui só pra gente de maior, aqui não se casa moça, nem rapazinho, se casa porque é viúvo é largado”. [...] Disse oh: “Ninguém vai lhe bulir, a senhora sendo acertada pelo juiz de paz, pela mulher do cartório e pelo sargento aí, você vai abrir seu cartório em sua casa”.⁹

Na versão de D. Judite ela teria estabelecido um acordo com o Juiz de Paz e a Escrivã do Cartório de Serrolândia para realizar os “casamentos de contrato”. Segundo ela, eles eram uma alternativa para as pessoas “largadas” (separadas não oficialmente), aquelas que não podiam se casar oficialmente, pois ainda não haviam conseguido o divórcio:

⁷ Depoimento citado.

⁸ Esses “casamentos de contrato” realizados por D. Judite não eram registrados em cartório, portanto não tinham nenhuma validade jurídica, eram assim chamados pois ela elaborava um “contrato” que era assinado pelos noivos. Ele não deve ser confundido com o contrato nupcial previsto pela lei para casamentos civis. O antigo Código Civil (lei nº 3.071 de janeiro de 1916) já regulava as disposições sobre a liberdade dos nubentes de estipular sobre os seus bens. Todos os casais, quando no enlace matrimonial no Civil, opinam (mesmo que tacitamente) no regime de bens, isso é um contrato nupcial. Assim como o anterior, o Novo Código Civil brasileiro regula dando os critérios para o pacto antenupcial. Nada impede aos nubentes de determinar os parâmetros que vigorarão em sua união civil, desde que esse acordo respeite o que rege a lei.

⁹ Depoimento citado.

Agora aí eu fui em Maria. Maria disse: “Cuide de tu mulher, aqui é o seguinte, na hora que chegar uma moça em tua casa procurando casar, você manda pro meu cartório. Na hora que chegar uma aqui largada, que não seja divorciada eu mando pra você...” Que a pessoa tendo o divórcio pra casar no civil casava, não tendo o divórcio, voltava pra minha casa. Eu tendo minha filha eu não queria ver ela amigada. [...] Que era pra não ter aquele nome de ficar amigado.¹⁰

A escritã do Cartório citada nesse trecho da entrevista contrariou esta versão e afirmou nunca ter concordado com a realização desse tipo de casamento. De acordo com ela, os juízes condenavam esse tipo de prática, no entanto os casamentos continuavam sendo feitos. No discurso de D. Judite estava muito presente a idéia de que os “casamentos de contrato” tinham uma função social, ajudando as pessoas a fugirem do estigma de serem “amigadas”. Esse termo, usado por várias entrevistadas, refere-se à União Consensual, estado conjugal no qual a pessoa vive em companhia de cônjuge com quem não contraiu casamento civil ou religioso. De acordo com elas as pessoas nessa condição eram discriminadas socialmente:

Tinha, tinha isso sempre teve. Agora não, isso tá tão comum que tão morando dentro de casa. Naquela época era menos comum, gerava muito comentário, as pessoas olhava diferente e quase sempre as pessoas não queria amizade com aquela pessoa e se afastava, tanto da mulher como do homem. Os homens, os homens relevam muita coisa, as mulheres não, mulher é sempre mais exigente, não queria amizade com aquela moça, ficava difamada.¹¹

Era na igreja, a maioria na igreja. Mas tinha gente quer morava junto, mas a coisa era tão séria que até sexta feira da paixão aquele casal não ficava junto. Porque eram amigados, como dizem, porque não eram casados não podia ficar junto porque era pecado. Em casa, não podia nem sentar pra almoçar, pois era pecado.¹²

Morar junto sempre teve, mas era mais casamento. [...] As mulheres casadas, as casadas não queria muitas vezes, nem andar com aquelas que moravam juntas, existiu isso também, havia esse preconceito, fulana mora junto e eu sou casada, [...] chamava antigamente fulana é amancebada.¹³

Além de demonstrar a importância dada ao casamento, em sua entrevista D. Judite deixou claro também que os “casamentos de contrato” eram uma forma de sobrevivência para ela: “Tinha dia lá em casa, tinha semana deu fazer cinco, seis casamentos. Agora foi um ganha pão pra mim”.¹⁴ É provável que os “casamentos de contratos” feitos por ela representassem uma alternativa para pessoas de baixa renda que não tinham condições de arcar com as despesas do cartório, roupas e principalmente com a festa, tão valorizada nessa sociedade. Ao descrever os detalhes da “cerimônia” isso fica claro:

¹⁰ Depoimento citado.

¹¹ Entrevista com D. Maria, em 06.04.2005.

¹² Entrevista com Marinalva, em 13.08.2005.

¹³ Entrevista com Celeste, em 12.08.2005.

¹⁴ Depoimento citado.

[...] Eu era a juíza, porque eu era a juíza, porque eu sabia assinar e também era de idade. Mas as meninas como tinha leitura, Bela cansou de preencher e Noeme batia na máquina. Saia tudo bonitinho, certinho [...] Eu já tinha o vestido de noiva, até hoje ainda tenho a grinalda (risos) Alguém chegava lá pra casar e eu alugava tudo. Entendeu? Tirava retrato. Tudo na minha casa. Era uma festa. Depois, ali na pracinha enchia de carro, fazia até gosto! No dia que era coisa de casamento, as meninas arrumava a casa. E nós fazia o casamento ali.¹⁵

Duas entrevistadas, sendo uma delas a escritora citada acima, afirmaram que apesar dos “casamentos de contrato” não terem nenhuma validade jurídica, como discutido acima, eles eram realizados com certa frequência. De acordo com Suzana:

O povo era muito bobo. O povo pagava e achava que aquilo tinha validade. Além disso ela não podia ver ninguém sozinho que ela queria fazer um casamento. [...] O casamento era de gente solteira. Tinha validade assim pra eles. [...] No dia do casamento era na casa dela, ela era a anfitriã da festa, aí tinha ki-suco, bolo, o que tiver. Ela fazia tudo, tudo, ela era a juíza.¹⁶

Mesmo sem “validade jurídica”, os “casamentos de contrato” feitos por D. Judite, sobreviveram em Serrolândia até o final da década de 1970. A existência desses “casamentos” nos leva a refletir sobre a importância que o casamento tinha para as classes populares nessa sociedade; eles sugerem que a realização de um ritual de união entre os casais ainda era imprescindível para aquela comunidade, independente da sua legalidade. Infelizmente não conseguimos entrevistar nenhum dos casais que vivenciou essa experiência, tornando-se difícil fazer uma análise mais aprofundada do tema. Entretanto, o temor de ser apontado como “amigado” pode ser uma das razões para sua existência, como discutido acima. Além disso o “contrato” possuía uma vantagem, ele poderia ser desfeito ou renovado, sem precisar de divórcio. De acordo com D. Judite: “Comercial mesmo. [...] Quem quer passar um contrato, faça de dez anos, faça de cinco anos, faça de um ano. [...] Renovava se quisesse, se vivesse bem, se não, não tinha divórcio”.¹⁷

D. Judite aparece como uma mulher que embora reproduza em seu discurso valores tradicionais como a defesa casamento sua prática parece subverter normas estabelecidas para as mulheres daquela comunidade.

Nossa segunda personagem é seu Jerônimo. Sua aparência física é a de um “sertanejo típico”. Se o aprisionássemos no estereótipo do sertanejo muitas vezes veiculado nos meios de comunicação de massa seu Jerônimo seria quase o “sertanejo ideal”. Homem “da roça”, tendo

¹⁵ Depoimento citado.

¹⁶ Depoimento citado.

¹⁷ Depoimento citado.

vivido a maior parte da sua vida na zona rural, ele foi muito aberto a conversas sobre as histórias da cidade e também as suas histórias de vida. Nada desconfiado, como normalmente dizem ser o sertanejo, falou da sua vida e dentre as muitas histórias que me contou, discorreu sobre seus casamentos que, segundo ele, foram dois:

Eu hoje to casada com essa ai (aponta para a esposa), mas antes eu tive outra. Nós ficamos junto um bocadinho de tempo... mas ai... ela sartou a cerca e me deixou... (risos) com os menino... os menino era pequeno, mas graças a Deus deu pra criar tudo, tudo. Hoje já tá tudo rapaz e moça....¹⁸

Diferente do que se espera do sertanejo, que assassina a esposa ao descobrir o “adultério” – termo aplicado apenas às relações extra-conjugais femininas - seu Jerônimo riu ao falar que sua ex-esposa “sartou a cerca”, deixando-o com os filhos para que ele “criasse os meninos”.

Não temos dúvida que a violência contra mulheres no Nordeste (ou no Sertão), assim como nas outras regiões do Brasil ainda é bastante grande, bem como a criação e educação dos filhos ainda é atribuição feminina. Entretanto, é importante demarcarmos que as práticas ligadas às relações de gênero são múltiplas e diversas, nos possibilitando refletir muito além do modelo heteronormativo.

Referências bibliográficas:

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **Nordestino: uma invenção do falo – uma história do gênero masculino**. Maceió: Edições Catavento, 2003.

_____. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2000.

AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta (orgs.) **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

AZEVEDO, Thales de. **As Regras do Namoro à Antiga**. São Paulo: Ática, 1986.

CHARTIER, Roger. Introdução: por uma sociologia histórica das práticas culturais In **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1998.

DE CASTEELE, Sylvie Van y VOLEMAN, Danielle. Fuentes orales para la história de las mujeres In ESCANDÒN, C. R. (org.) **Gênero e História**. México: Instituto Mora/UAM, 1992.

DIAS, Maria Odila L. S. Teoria e Método dos Estudos Feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano in COSTA, Albertina de Oliveira & BRUSCHINI, Cristina (org.). **Uma Questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

FALCI, Miridan Knox. Mulheres do sertão nordestino. In. DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

¹⁸ Entrevista com Seu Jerônimo em 10.04.2005.

- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1993.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Record, 1995.
- MATOS, Maria Izilda. Estudos de gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. Campinas: **Cadernos Pagu**, Nº 11, 1998.
- _____. “História das sensibilidades em foco, a masculinidade”. In **História, Questões e debates**. Ano 18, nº 34, jan/junho. Curitiba: APAH/UFPR, 2001.
- PORTELLI, Alessandro. “O que faz a história oral diferente” In **Projeto História: PUC-SP**. São Paulo. Nº 14, Fev/1997.
- RAGO, Margareth. **Os Prazeres da Noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- _____. “As mulheres na historiografia brasileira”. In SILVA, Zélia Lopes da (org.) **Cultura histórica em debate**. São Paulo: Unesp, 1994.
- REIS, Diomedes Pereira dos. **Serrote de Ontem, Serrolândia de Hoje**. Salvador: Press color. 1994.
- SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil na Pesquisa Histórica” In **Educação e Realidade**. Porto Alegre, 16 (2): jul./dez., 1990.
- SILVA, Joseli Maria. “Cultura e Territorialidades Urbanas: uma abordagem da pequena cidade” In **Revista de História Regional**, Ponta Grossa PR, V. 5, nº 2, 2000.
- SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In.: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.) **Dominós da História. Ensaios de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campus. 1997.
- _____. Violência simbólica, saberes masculinos e representações femininas. **Revista Estudos Feministas**. Vol. 5, nº 1. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1997.
- VASCONCELOS, Cláudia Pereira. **Ser-Tão Baiano: o lugar da sertanidade na configuração da Identidade Baiana**. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 2007.
- VASCONCELOS, Vânia N. P. **Evas e Marias em Serrolândia: práticas e representações acerca das mulheres em uma cidade do interior (1960-1990)**. Salvador: EGBA, Fundação Pedro Calmon, 2007.